

## ARTIGO

# ESTUDANTES COTISTAS NO CURSO DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA: INTERSECCIONALIDADES DE RAÇA E CLASSE<sup>1</sup>

EDUARDO VILAR BONALDI<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7945-101X>

<eduvilarbon@gmail.com >

LUAN VIRICIMO<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1393-1784>

<l.viricimo@gmail.com>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

**RESUMO:** Nosso texto aponta para a diversidade das identidades raciais e origens de classe observadas entre estudantes cotistas do curso de medicina da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/Florianópolis). Tal diversidade é elaborada a partir da análise tanto dos dados socioeconômicos e de autodeclaração racial, disponíveis sobre os beneficiários da política de cotas no curso, quanto das oito entrevistas (abertas e em profundidade) realizadas junto a estudantes cotistas nessa elitizada carreira universitária, durante o segundo semestre de 2023. Após discutir a literatura sobre relações raciais, branquitude e política de ação afirmativa no país, buscamos reconstruir as interseccionalidades de raça e classe, vivenciadas por três de nossos entrevistados negros: um de origem social baixa e dois de extração média-baixa. Dessa maneira, procuramos evidenciar como tais posições modulam as condições e as estratégias de permanência material e simbólica relatadas por esses entrevistados, além de seus eventuais sentimentos de “deslocamento social e racial” no principal curso de medicina de Santa Catarina, uma das unidades federativas mais brancas do país.

**Palavras-chave:** ação afirmativa, curso de medicina, sociologia da educação, relações raciais, branquitude.

## Affirmative Action (AA) Students in the medical school at Santa Catarina Federal University: Intersections of Race and Class

**ABSTRACT:** Our text points to the diversity in racial identities and class origins observed among AA students in the medical school at UFSC/Florianopolis, Brazil. This diversity is explored based on the analysis of both socioeconomic and self-declared racial data available for the beneficiaries of the AA policy in this career, as well as the eight in-depth interviews conducted with AA students in such highly selective course during the second semester of 2023. After discussing part of the literature on racial relations, whiteness, and affirmative action in the country, we seek to reconstruct the different

---

<sup>1</sup> Artigo publicado com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/Brasil para serviços de edição, diagramação e conversão para XML.

intersections of race and class experienced by three of our black interviewees: one from a 'low' social background and two from a 'lower middle' background. In this way, we aim to show how these intersectional positions shape both the 'material' and 'symbolic' conditions and strategies of permanence reported by these interviewees, as well as how such interviewees deal with their possible feelings of 'social and racial displacement' in the main medical course of one of the 'whitest' states (Santa Catarina) in the country.

**Keywords:** affirmative action, medical schools, sociology of education, racial relations and whiteness.

## ESTUDIANTES DE ACCIÓN AFIRMATIVA EN EL CURSO DE MEDICINA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE SANTA CATARINA: INTERSECCIONALIDADES DE RAZA Y CLASE

**RESUMEN:** Nuestro texto señala la diversidad en las identidades raciales y en los orígenes de clase observados entre estudiantes beneficiarios de cuotas en la carrera de medicina de la UFSC/Florianópolis. Dicha diversidad se elabora a partir del análisis tanto de los datos socioeconómicos y de autodeclaración racial, disponibles sobre los beneficiarios de la política de cuotas en la carrera, como de las ocho entrevistas (abiertas y en profundidad) realizadas con estudiantes beneficiarios de cuotas en esta elitista carrera universitaria, durante el segundo semestre de 2023. Tras discutir parte de la literatura sobre relaciones raciales, blanquitud y acción afirmativa en el país, buscamos reconstruir, entonces, las diferentes interseccionalidades de raza y clase, vividas por tres de nuestros entrevistados negros: uno de origen social “bajo” y dos de extracción “media-baja”. De esta manera, procuramos evidenciar cómo tales posiciones interseccionales modulan tanto las condiciones y estrategias de permanencia “material” y “simbólica” relatadas por estos entrevistados, como ellos manejan sus eventuales sentimientos de “desplazamiento social y racial” en el principal curso de medicina de una de las unidades federativas más “blancas” del país.

**Palabras clave:** acción afirmativa, curso de medicina, sociología de la educación, relaciones raciales, estudios de la blancura.

## INTRODUÇÃO

Este texto reconstitui os perfis e as trajetórias de beneficiários da política de ação afirmativa no curso de medicina do *campus* central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/Florianópolis), através da recombinação de procedimentos quantitativos e qualitativos de pesquisa (Small, 2010). Na perspectiva quantitativa, buscamos evidenciar a distribuição da renda familiar, da escolaridade materna e da autodeclaração racial entre os alunos cotistas a partir de dois conjuntos de dados, obtidos junto a diferentes instâncias da Universidade e que serão apresentados adiante. Na perspectiva qualitativa, visamos reconstituir os itinerários de socialização primária (familiar) e secundária (escolar, laboral e universitária) de oito estudantes cotistas através de entrevistas em profundidade, conduzidas ao longo do segundo semestre de 2023, totalizando 14 horas de material gravado e 149 páginas de transcrição integral das entrevistas. Tanto a análise dos dados socioeconômicos e raciais quanto a reconstituição dos perfis e das trajetórias dos entrevistados apontam não somente para uma razoável diversidade nas origens de classe como também para as múltiplas identidades e experiências raciais dos que se declaram negro, pardo ou branco nessa formação universitária historicamente seletiva do ponto de vista socioeconômico e racial (Scheffer et. al., 2023).

Para refletir sobre as interseccionalidades entre raça e classe, experienciadas pelos estudantes desse curso elitizado, também pretendemos discutir a recente literatura produzida sobre relações raciais e política de ação afirmativa no Brasil. Como evidenciaremos, essa literatura tematiza as condições de *permanência material* e *simbólica* vivenciadas por estudantes negros e/ou de baixa renda (Santos, 2017; Ganam e Pinezi, 2021), através de estudos baseados em entrevistas em profundidade junto a perfis discentes, que têm sido conduzidos em diferentes carreiras e instituições de ensino superior públicas ao longo dos últimos anos (Santos, 2017; Ganam e Pinezi, 2021; Dantas, 2025 e Viricimo, 2025).

Segundo Dyane Santos (2017) e Eliana Ganam e Ana Pinezi (2021), por exemplo, as dinâmicas de *permanência material* desses estudantes envolvem as condições (individuais e familiares) de reprodução de suas necessidades econômicas por meio de: a) o dilema em conciliar trabalho e universidade; b) as eventuais capacidades de apoio (financeiro e moral) por parte do grupo familiar; e c) as políticas universitárias de assistência estudantil, cuja importância também foi apontada por Edilza Sotero (2022). Nesse contexto, tais fatores materiais condicionam a disponibilidade objetiva de tempo, entre universitários pobres e/ou negros, para participar das atividades curriculares e extracurriculares a partir das quais eles podem constituir suas dinâmicas de *permanência simbólica* no ambiente universitário, incorporando ou ressignificando os valores e sentidos próprios de suas identidades universitárias e profissionais em formação (Santos, 2017; Ganam e Pinezi, 2021, p. 6-10).

Tal literatura aponta, igualmente, para como a *permanência simbólica* de estudantes negros envolve as diferentes estratégias de sociabilidade e de afirmação identitária através das quais esses alunos enfrentam as situações e os riscos de discriminação racial, frequentemente documentados nessa recente produção bibliográfica (Santos, 2017, p.11-2 e p.47; Dantas, 2025, p. 104-6). Entre tais estratégias, a literatura apontou, primeiramente, para a *sociabilidade entre os iguais*, ou seja, para as práticas de restrição (parcial ou total) das redes de contatos e amizades dos estudantes cotistas a colegas de curso negros e/ou de baixa renda, como forma de proteção social contra possíveis violências simbólicas no ambiente universitário (Santos, 2017, p. 14). Paralelamente, outros estudos têm enfatizado a importância da participação de estudantes pretos e pardos em *coletivos negros*, isto é, nas formas de ação coletiva de estrutura horizontalizada e com uso intenso das redes sociais, que estimulam: a) a emergência de uma estética corporal voltada à revalorização dos traços fenotípicos da negritude entre os participantes desses coletivos (Guimarães et al., 2020, 321-322); b) a *descolonização dos currículos* (ibid.), isto é, as demandas voltadas à inclusão de autores(as) negros(as) nas discussões acadêmicas; e c) o exercício da fiscalização e do *controle social* sobre a implementação local das ações afirmativas (Santana e Vaz, 2018), como forma de coibir fraudes nas cotas raciais, geralmente entendidas como as ocorrências nas quais indivíduos brancos reivindicam ilegitimamente o pertencimento à categoria parda (Silva et al. 2020).

Após discutir essa literatura, apresentamos a diversidade socioeconômica e racial, observável entre os alunos cotistas de medicina da UFSC, a partir dos dados disponíveis sobre renda familiar, escolaridade materna e autodeclaração racial. Para tornar inteligível essa diversidade, vamos mobilizar as categorias bourdieusianas de *sobreviventes da superseleção escolar* (2014, p. 43-4) e de *pequeno-burgueses de execução* (2007a, p. 329-333). Conforme veremos, tais categorias indicam as diferentes origens de classe identificadas entre os alunos de extração social baixa (os *sobreviventes da superseleção*) e de média-baixa (os *pequeno-burgueses de execução*, nos termos de Bourdieu).

Na terceira parte do artigo, reconstruímos os itinerários de socialização primária e secundária de três dentre nossos oito entrevistados. Primeiramente, acompanhamos como Juliano (30 anos,

autodeclarado negro na entrevista e filho de ex-empregada doméstica com ensino fundamental incompleto) experiencia os desafios postos à sua *permanência material e simbólica* no curso, a partir da posição interseccional de raça e classe vivenciada por ele, ou seja, através dos recursos e estratégias possíveis a estudantes negros e de origem popular (*sobreviventes da superseleção escolar*, nos termos de Bourdieu). Nesse contexto, vemos como Juliano relata e manifesta sentimentos de *deslocamento social e racial* (Guimarães et al., 2020, p. 313) seja por conta de sua condição de estudante de baixa renda, seja por sua condição de aluno negro em um curso social e racialmente elitizado, como o de medicina. Frente a essas percepções de deslocamento, acompanharemos, por fim, como o entrevistado busca se adaptar aos códigos de vestimentas e de apresentação pública de si no ambiente do curso. Ademais, também veremos como ele relata as práticas de *sociabilidade entre os iguais*, identificadas na literatura discutida acima.

Em seguida, acompanharemos o caso de Lauro: um jovem de 27 anos, autodeclarado negro na entrevista, filho de pai “ex-metalúrgico” e de mãe “gerente de padaria”. Por conta da posição ocupacional e da escolaridade dos pais (ambos com ensino médio completo), veremos que as condições de socialização e de escolarização de Lauro o associam à figura dos *pequeno-burgueses de execução*, conforme os termos de Bourdieu. Observaremos, então, como esse entrevistado de extração social média-baixa pode usufruir da rede de apoio de sua família estendida (uma tia), que reside na região metropolitana de Florianópolis. Conforme Lauro afirma, ao residir na “casa grande” da tia, que conta com empregada doméstica, ele é dispensado tanto dos gastos com moradia e alimentação quanto da necessidade de dedicar tempo aos afazeres domésticos. Assim, tais condições de *permanência material* asseguram a ele a disponibilidade necessária para participar de diferentes experiências de *permanência simbólica*. Nesse sentido, Lauro foi quem manifestou o maior grau de integração a atividades curriculares e extracurriculares, declarando participar do Centro Acadêmico, da Atlética e da bateria da Atlética. Logo, sua posição interseccional de raça e classe (um estudante negro, mas de extração social média-baixa) manifesta-se a partir de sentimentos menos intensos de *deslocamento social e racial*, com menor recorrência às estratégias de *sociabilidade entre os iguais* em comparação a Juliano, por exemplo.

Por fim, vamos acompanhar como o goiano Jairo (24 anos, autodeclarado negro pardo, filho de “policia militar” e de mãe ‘ex-professora com magistério’) afirma ter adquirido consciência racial quanto às “sutilezas” (termos dele) de tratamento e de percepção a que ele passou a ser exposto numa unidade federativa significativamente mais branca em comparação a seu estado de origem. Tal processo de letramento racial também foi estimulado, segundo ele, pela atribulada amizade com uma colega de curso “preta, militante e bem instruída”, segundo a definição do entrevistado. Após o rompimento dessa relação, Jairo afirmou ter sido vítima de uma “teoria do colorismo” por parte da ex-amiga, que teria passado a questionar publicamente se ele seria “preto o suficiente para ter entrado pelas cotas”. O caso de Jairo será, então, mobilizado para refletirmos sobre as tensões geradas pelo grau de ambiguidade associado à figura do pardo no contexto das políticas de ação afirmativa no país (Costa e Schucman, 2022).

Em resumo, portanto, discutiremos inicialmente a literatura sobre relações raciais, branquitude e ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Em seguida, vamos mobilizar as categorias bourdieianas de *sobreviventes da superseleção escolar* e de *pequenos burgueses de execução* para tornar inteligível as extrações sociais baixa e média-baixa, observáveis entre os alunos cotistas de medicina da UFSC. Na terceira parte do artigo, buscaremos reconstituir os perfis e as trajetórias dos entrevistados Juliano (autodeclarado negro e de extração social baixa), e Lauro e Jairo (autodeclarados negro e negro pardo,

respectivamente, e de extrações sociais média-baixa). Ao longo dessa última seção, iremos, então, refletir sobre as interseccionalidades de raça e classe vivenciadas pelos três universitários cotistas. Na conclusão, sintetizaremos as principais ideias e argumentos do artigo.

## **A LITERATURA SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS, RELAÇÕES RACIAIS E BRANQUITUDE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

As ações afirmativas podem ser definidas como toda iniciativa, pública ou privada, que estabelece condições diferenciais de acesso a oportunidades ou a direitos para membros de grupos sociais desfavorecidos (Feres Jr. et al., 2018, p. 13). Nesse sentido, elas são responsáveis por suspender, em caráter excepcional, o princípio constitucional da *igualdade formal* entre os cidadãos, com o objetivo de produzir a *igualdade substantiva* entre indivíduos de diferentes origens e condições (id., p.31). Nos países que adotaram políticas abrangentes de ação afirmativa (como a Índia, a África do Sul, os Estados Unidos e o Brasil), as justificativas, para tais políticas, permeiam a promoção de valores e atitudes como: a) a *inclusão* de grupos marginalizados; b) a *reparação* de desigualdades históricas; ou c) a *diversidade* de participação e de representação no ensino superior, no mercado de trabalho, na administração pública ou na política parlamentar (id., p. 28-40).

No Brasil, as políticas de ações afirmativas se expandiram rapidamente por diversas instituições públicas de ensino superior ao longo da primeira década dos anos 2000. Essa expansão foi caracterizada pela adoção de diversos modelos para as reservas de vagas, que combinaram, em geral, critérios socioeconômicos (como renda familiar ou origem escolar) a formas de autodeclaração racial (Lima e Campos, 2020, p. 247). Após a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da constitucionalidade das ações afirmativas em 2011, o governo federal aprovou a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), que unificou as políticas de ação afirmativa para as instituições federais de ensino, consolidando a sobreposição entre critérios socioeconômicos e raciais para definir as categorias de reserva de vagas.

Nesse contexto, a Lei de Cotas reserva, primeiramente, metade das vagas (em todos os cursos e turnos das instituições federais de ensino superior, técnico e tecnológico) aos egressos de escola pública em nível médio. Em seguida, ela estabelece que metade dessas vagas deve ser preenchida por egressos de escola pública cuja renda familiar per capita seja inferior a 1,5 salário-mínimo<sup>2</sup>. Ademais, a lei também determina que, no total das vagas reservadas, sejam respeitados os quantitativos correspondentes aos percentuais de pessoas pretas, pardas e indígenas na unidade federativa que sedia cada instituição de ensino. Por fim, também foram introduzidas as cotas para pessoas com deficiência (PCDs), através da Lei nº 13.409/2016, e para populações quilombolas, com a Lei 14.723/2023.

Analisando os impactos das ações afirmativas, Luiz A. Campos e Fernando Peixoto demonstraram que estudantes oriundos dos três quintos mais pobres da população brasileira ocupavam somente 20% das vagas nas instituições públicas de ensino superior em 2001, tendo passado a ocupar 52% das matrículas no ano de 2021 (Campos e Peixoto, 2025). Durante esse mesmo período, alunos pretos, pardos e indígenas também saltaram de 31% para 52,4% das matrículas em tais instituições, segundo os autores. Nesse contexto, os cursos de medicina foram um dos mais transformados pela

---

<sup>2</sup> Posteriormente, a Lei 14.723/2023 revisou o patamar de baixa renda, referente à Lei de Cotas, para valores *per capita* iguais ou inferiores a 1 (um) salário-mínimo.

implementação das ações afirmativas em virtude dos menores níveis de participação de estudantes negros ou de baixa renda antes da introdução dessas políticas (Senkevics e Mello, 2022, p. 214).

No contexto de nossa pesquisa, o estado de Santa Catarina apresentou-se como uma das unidades federativas com a menor população negra do país, de acordo com os dois últimos Censos Demográficos nacionais. No Censo de 2010, 15,5% da população residente no estado declarou-se preta ou parda, enquanto no Censo de 2022, esse percentual alcançou 23,29%. Frente à composição racial da demografia catarinense, a UFSC constitui-se como a universidade federal que alcançou mais rapidamente a paridade entre a população negra residente no estado e a porcentagem de estudantes pretos e pardos matriculados ao longo da década de 2010 (Tragtenberg *et al.*, 2025).

A relevância das políticas de ação afirmativa para a inclusão de alunos pardos e pretos no curso de medicina da UFSC torna-se explícita quando observamos os dados de autodeclaração racial do alunado, fornecidos pela coordenação do curso. Durante o primeiro semestre de 2023, entre o total dos alunos (cotistas e não cotistas) regularmente matriculados no curso, 69,85% declaravam-se brancos, 18,3% declaravam-se pardos e 5,67%, pretos. Entre os 113 estudantes pardos e os 35 estudantes pretos, destaca-se o fato de que a maioria havia ingressado por meio das cotas. Assim, temos 97 cotistas entre os 113 alunos pardos e 24 cotistas entre os 35 alunos pretos, conforme podemos observar no quadro abaixo.

**QUADRO 1 - Autodeclaração racial entre os alunos matriculados no curso de medicina da UFSC (1º semestre de 2023)**

	<b>Branco</b>	<b>Pardos</b>	<b>Pretos</b>	<b>Amarelos</b>	<b>Indígenas</b>	<b>Não declarado</b>	<b>TOTAL</b>
Matriculados (“cotistas” e “não cotistas”)	431(69,85%)	113 (18,3%)	35(5,67%)	8(1,29%)	22(3,56%)	8(1,29%)	617(100%)
Apenas “cotistas”	151(54,75%)	97(35,16%)	24(8,69%)	1(0,36%)	0	3(1,08%)	276(100%)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela coordenação do curso de medicina.

Conforme mencionamos na Introdução, a literatura sobre relações raciais e ações afirmativas no país tematiza as condições de *permanência material* e *simbólica* (Santos, 2017), vivenciadas por estudantes negros e/ou de baixa renda, através de entrevistas em profundidade junto aos perfis discentes, em diferentes carreiras e instituições públicas de ensino superior (Santos, 2017; Ganam e Pinezi, 2021; Sotero, 2022; Dantas, 2025; Viricimo, 2025). A despeito da inegável centralidade da condição econômica, Ganam e Pinezi observaram como a figura do estudante pobre **não** pode ser reduzida a suas carências materiais, uma vez que a satisfação das urgências materiais “(...) pode liberar esse sujeito para outros empreendimentos constitutivos de uma boa formação escolar, da construção da identidade e da afirmação no mundo” (Portes, 2001, p. 177 apud Ganam e Pinezi, 2021, p. 7).

Dessa maneira, as dimensões da *permanência material* e *simbólica* de alunos pobres e/ou negros podem ser separadas apenas para efeitos de análise, uma vez que elas se encontram indissociavelmente imbricadas nas experiências universitárias desses estudantes (Santos, 2017; Ganam e Pinezi, 2021). É nesse sentido que as condições de reprodução da vida material desses alunos definem, objetivamente, o tempo disponível para que eles participem (ou não) das experiências formativas de ensino, pesquisa ou de sociabilidade, a partir das quais os estudantes negros e de baixa renda podem incorporar ou ressignificar os valores e sentidos próprios de suas identidades universitárias e profissionais em formação, assegurando, portanto, sua *permanência simbólica* no meio acadêmico.

Assim, a literatura argumenta que as condições (individuais e familiares) de reprodução da vida material dos estudantes de baixa renda envolvem: a) o dilema em conciliar trabalho e universidade, sobretudo, entre alunos que já ocupam as funções de provedores em seus grupos familiares; b) as capacidades de apoio (material ou moral) por parte do grupo familiar, envolvendo tanto as eventuais ajudas financeiras quanto a distribuição dos afazeres domésticos ou dos cuidados com parentes em estado de vulnerabilidade, como crianças ou idosos; e, finalmente, c) as políticas de bolsas e auxílios universitários voltados tanto à assistência estudantil quanto à integração acadêmica através da participação em projetos de pesquisa e extensão (Santos, 2017; Ganam e Pinezi, 2021; Sotero, 2022).

Conforme veremos, as condições e estratégias de *permanência material* variam amplamente entre os cotistas de medicina de extrações sociais baixa e média baixa. No contexto dos estudantes de origem popular (extração social baixa), o relato de Juliano evidencia como ele se tornou um *estudante-trabalhador* (Romanelli, 2000) ainda no ensino médio, internalizando um *senso prático* para alternar oportunidades de estudo e de geração de renda que possibilita seu longo e incerto percurso educacional. Como veremos, esse *senso prático* é reatualizado quando o entrevistado acede ao seu primeiro curso na UFSC (engenharia mecânica), familiarizando-se tanto com as possibilidades de bolsas acadêmicas (de pesquisa, extensão ou estágio) quanto de bolsas e auxílios voltados para a assistência estudantil (Sotero, 2022).

No contexto dos estudantes originários das camadas média-baixas, veremos como Lauro e Jairo foram beneficiários da *moratória do trabalho* (Bonaldi, 2018), isto é, da liberação da necessidade de trabalhar durante e após o ensino médio por parte de seus grupos familiares. Tal condição possibilitou a incorporação das disposições à *boa vontade escolar*, próprias às estratégias de mobilidade social internalizadas pela *pequena-burguesia de execução* (Bourdieu, 2007a, p. 329-333). No contexto universitário, os entrevistados continuam a se dedicar integralmente aos estudos graças à ajuda financeira paterna (caso de Jairo) ou à rede de apoio material da família estendida (caso de Lauro, em sua residência na casa da tia).

Ao refletir sobre as condições de *permanência simbólica* em cursos de ensino superior elitizados, a literatura evidencia os possíveis sentimentos de *deslocamento social ou racial* (Guimarães et al., 2020, p. 313), experimentados por beneficiários de políticas de ação afirmativa frente ao perfil idealizado para o alunado de medicina em instituições públicas, composto por estudantes brancos, de alta renda, egressos de colégios particulares de elite e, não raramente, filhos ou filhas de médicos, conforme veremos adiante. Tanto na dimensão universitária quanto no campo profissional, podemos afirmar que a carreira médica se apresenta como um dos redutos mais característicos da *branquitude* no país, entendida como a crença implícita (isto é, não verbalizada) na superioridade de estereótipos e fenótipos brancos e europeizados, que asseguram reiterados privilégios materiais e simbólicos aos indivíduos classificados como brancos no Brasil (Shucmann, 2020). Nesse contexto, o relatório “Demografia Médica no Brasil, 2023” apontou que sete entre cada dez estudantes de medicina declaravam-se brancos em 2019, enquanto a mesma proporção de médicos residentes (isto é, médicos cursando a formação em diferentes especialidades) também se declaravam brancos no ano de 2022 (Scheffer et. al., 2023, p.117-147). Dyane Santos demonstrou, por sua vez, que mesmo em ambientes universitários com alta presença de alunos negros – como é o caso do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), que conta com cerca de 80% de negros –, esses estudantes podem se referir aos cursos elitizados como *lugar de brancos* (2017, p. 42).

Nesse contexto acadêmico, a *branquitude* expressa-se sob, ao menos, dois tipos de ocorrências de discriminação racial relatadas na literatura: a) as interconexões estruturais entre “cor” e status social mais baixo, que fazem os alunos negros dos cursos de medicina serem confundidos, seja com auxiliares de enfermagem nos hospitais universitários, seja com alunos de cursos de humanidades (com maior proporção de “não brancos”) nas dependências da universidade (Santos, 2017, p.11-2); e b) as alegações higienistas (proferidas por professores do curso) quanto à adequação dos cabelos crespos ou trançados ao exercício da medicina e/ou ao contato com os pacientes em ambientes hospitalares (id., p. 47 e Dantas, 2025, p. 104-6).

Por outro lado, a literatura também evidencia a multiplicidade de estratégias de sociabilidade e de afirmação identitária, através das quais estudantes negros buscam reagir a violências simbólicas de cunho racial. Enquanto Santos apontou para a *sociabilidade entre os iguais* como dinâmicas de interação nas quais alunos cotistas buscam proteção e integração simbólica em ambientes universitários elitizados (2017, p. 14), Marcia Dantas (2025, p. 106-7) mostrou a relevância do Negrex (um coletivo de universitários negros) para as experiências de integração acadêmica de seus entrevistados no curso de medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entre outros autores, Antônio S. Guimarães, Flávia Rios e Edilza Sotero (2020) afirmam que os coletivos negros seriam caracterizados pela horizontalidade nas interações entre seus membros, pelo intenso uso das redes sociais e pela organização/expressão coletiva de reivindicações comuns como, por exemplo, a) a emergência de uma estética corporal voltada à revalorização dos traços fenotípicos da negritude (Guimarães et al., 2020, 321-322); b) a *descolonização dos currículos* (ibid.), voltada à inclusão de autores(as) negros(as) e/ou epistemologias de matriz africana; e c) o *controle social* sobre a implementação de políticas de ação afirmativa (Santana e Vaz, 2018), evitando a ocorrência de fraudes nas cotas raciais, entendidas como as ocorrências nas quais indivíduos brancos reivindicam ilegitimamente o pertencimento à categoria de pardo (Silva et al., 2020).

Abordando nosso material de entrevistas à luz dessas questões, levantadas pela literatura sobre relações raciais e ações afirmativas, pretendemos discutir como as interseccionalidades de raça e classe conformam as múltiplas experiências e identidades raciais entre alunos cotistas no curso de medicina da UFSC/Florianópolis. Assim, apontaremos como Juliano (autodeclarado negro, de extração social baixa) relata sentimentos intensos de *deslocamento social e racial*, experimentados seja a partir de sua condição financeira, seja a partir de sua condição de aluno negro. Relatando tais sentimentos, o entrevistado manifesta tanto suas práticas de *sociabilidade entre os iguais* quanto suas estratégias de adaptação aos códigos de vestimentas (ou de apresentação pública de si) vigentes no curso, buscando reduzir as situações e os riscos de discriminação racial, conforme ele nos relatou. Por outro lado, o caso de Lauro (autodeclarado negro, de origem social média-baixa) mostrará como tal posição interseccional parece matizar tanto suas percepções sobre o *deslocamento social e racial* no curso quanto suas estratégias de *sociabilidade entre os iguais*. Por fim, o caso de Jairo (autodeclarado negro pardo, de extração social média baixa) evidenciará como estudantes pardos experimentam a ambiguidade da categoria no contexto das políticas de ação afirmativa no país (Costa e Schucman, 2022).

Porém, antes de iniciar a reconstrução dos perfis e das trajetórias desses três entrevistados, ainda é necessário compreender mais detidamente a diversidade de origens de classe, observadas nos dados socioeconômicos disponíveis sobre o alunado cotista e interpretados a partir das categorias

bourdieianas de *sobreviventes da superseleção escolar* ([1964], 2014, p. 43-4) e de *pequeno-burgueses de execução* ([1979], 2007a, p. 329-333).

## **DUAS ORIGENS DE CLASSE: A DIVERSIDADE SOCIOECONÔMICA DOS ESTUDANTES COTISTAS NA MEDICINA/UFSC**

Examinando a diversidade dos perfis e das trajetórias de estudantes em carreiras seletivas (como a medicina e o direito) nas escolas de elite francesas, entre as décadas de 1960 e 1980, Pierre Bourdieu apresentou, em diferentes obras, três perfis de classe observáveis. No livro “Homo Academicus” ([1984], 2013), ele retratou o perfil privilegiado dos alunos que se beneficiam diretamente das estratégias de *hereditariedade profissional* (p. 86). Tal perfil seria composto pelos filhos e filhas de “*dinastias de juristas e médicos*” (*ibid.*), que incorporam não apenas o capital cultural específico à carreira como também os capitais social e simbólico ligados a sobrenomes (de seus pais ou parentes) conhecidos nos respectivos meios. Segundo o autor sugere, um sobrenome conhecido no meio médico pode transmitir, por exemplo, não apenas uma rede de relações (isto é, um capital social) já constituída entre os praticantes de uma determinada especialidade médica como também uma potencial clientela, que poderia passar de uma geração a outra nessas *dinastias de médicos*, das quais Bourdieu tratou.

Não obstante, nem todos os alunos dos cursos de medicina, em instituições de excelência francesas ou brasileiras, correspondem ao perfil socialmente idealizado para essa carreira. No texto “Provação escolar e consagração social”, Bourdieu abordou, ainda que sucintamente ([1989], 2015, p. 70-2), os dois perfis compostos por estudantes de origens baixa (camadas populares) e média-baixa (pequena burguesia), que acediam excepcionalmente a carreiras seletivas nas escolas de elite francesas. Nesse texto, Bourdieu tratou indistintamente desses dois perfis de classe, argumentando que tanto os alunos originários das camadas populares quanto aqueles de extração *pequeno-burguesa* seriam igualmente caracterizados pelas disposições à *adesão fascinada* frente às escolas de elite (*id.*, 71-5). Segundo ele, tais disposições manifestam-se através da incorporação do arbitrário cultural imposto pelas escolas de elite, bem como das altas propensões ao investimento escolar expressadas por tais perfis discentes. Logo, essa *adesão fascinada* às escolas de elites sobrepõe-se à insuficiência relativa dos capitais econômico e cultural internalizados pelos alunos. Assim, apesar dos custos objetivos e subjetivos envolvidos nessa experiência de mobilidade educacional, Pierre Bourdieu afirmava que os alunos (de camadas populares e pequeno-burguesas) tornavam-se progressivamente capazes de atender às expectativas duplamente técnicas e simbólicas que caracterizam o trabalho de inculcação pedagógica e os ritos de consagração social próprios às escolas de elite (*id.*, p. 71-5).

Se Bourdieu tratou indistintamente de tais perfis no texto mencionado acima, podemos recorrer a textos anteriores (nas áreas de sociologia da educação e da cultura), nos quais o autor buscou reconstituir as particularidades de cada um desses perfis e das trajetórias no espaço social e no campo da educação. Em “A escola conservadora” ([1966], 2007b, p. 52), por exemplo, Bourdieu nos apresenta os “sobreviventes da superseleção escolar” como agentes originários das camadas populares, isto é, filhos e filhas de trabalhadores manuais urbanos, caracterizados por baixos volumes de capital econômico e cultural. Segundo o autor, esses *sobreviventes* incorporavam *vantagens secundárias* em seus processos de socialização primária ou secundária como, por exemplo: a) terem nascido em grupos familiares com menos filhos; b) disporem, em seus meios familiares, de modelos de socialização corporificados por

conhecidos ou parentes que já haviam constituído trajetórias mais longas no campo educacional; ou c) terem absorvido os efeitos da ação de professores(as) na educação básica, que transmitiram *juízos professorais* positivos às famílias desses *sobreviventes*, que, desse modo, passam a investir seus poucos recursos (materiais e simbólicos) na escolaridade dos(as) filhos(as). Dessa maneira, Bourdieu afirma que a incorporação dessas *vantagens secundárias* estaria na origem das rupturas entre os longos e incertos percursos educacionais dos *sobreviventes da superseleção*, de um lado, e a evasão escolar, de outro: tendência que se revela como estatisticamente provável entre os demais jovens originários das camadas populares.

Os alunos de origem *pequeno-burguesa* apresentam-se, por sua vez, como os filhos e filhas de empregados e funcionários *não manuais e de execução*, caracterizados por condições de socialização familiar e de escolarização amparadas nos volumes medianos de capitais cultural e econômico, previamente acumulados por seus grupos familiares (2007a, p. 329-333). Para o autor, essas posições ocupacionais *não manuais e de execução* compreendem as funções laborais relacionadas à execução repetida de atividades e rotinas de natureza técnica ou administrativa. Ademais, tais atividades de trabalho mental (e não diretamente físico ou corporal) são conduzidas em posições hierarquizadas (de médio ou baixo escalão) em burocracias públicas ou privadas.

Em suma, os pais pequeno-burgueses experimentam trajetórias sociais e educacionais marcadas por rupturas prévias com o universo social e simbólico das camadas populares, sem, entretanto, ter conseguido realizar sua inserção, social e ocupacional, nas frações mais escolarizadas das classes dominantes, ou seja, nas posições próprias aos *quadros superiores* que os comandam e os supervisionam nas burocracias públicas ou privadas (ibid.). Segundo Bourdieu, esses percursos sociais e educacionais, interrompidos e frustrados ao longo das trajetórias dos pais pequeno-burgueses, expressam-se em expectativas e estratégias de mobilidade social vividas *por procuração* (id., p. 331), isto é, delegadas e projetadas para seus filhos e filhas, uma vez que “(...) o prazo de acesso ao bem cobiçado [às posições sociais desejadas pelos pais] excede o prazo de uma vida humana [a vida dos próprios pais]” (ib.). Nesse contexto, Bourdieu argumenta, então, que os pais dessa fração de classe “(...) se mostram muito mais rigorosos que as outras classes (...) em tudo o que diz respeito à educação dos filhos” (ib.), transmitindo tanto o *rigorismo ascético*, como o princípio gerador dos esquemas de ação e de percepção reatualizados por seus filhos no espaço social e a *boa vontade escolar/ cultural*, que se manifesta por meio da adesão, submissa e disciplinada, ao arbitrário cultural e aos investimentos escolares impostos pelo campo educacional (2007a, p. 298-300).

Portanto, Bourdieu nos apresenta, de um lado, os alunos de carreiras universitárias seletivas, originários de extrações sociais baixas (os filhos e filhas de trabalhadores manuais urbanos, com baixos volumes de capital econômico e cultural) e, por outro lado, os alunos de tais carreiras seletivas que se originam de extrações média-baixas, ou seja, os filhos e filhas de empregados *não manuais e de execução* que possuem volumes medianos de capital econômico e cultural. Como veremos, esses dois perfis de classe são reencontrados tanto na razoável diversidade socioeconômica revelada pelos dados socioeconômicos que analisaremos quanto na reconstituição qualitativa dos perfis e das trajetórias de nossos entrevistados. Desse modo, começaremos a apresentar esse argumento a partir da exposição e análise dos dados socioeconômicos referentes aos 147 candidatos aprovados no Programa de Ações Afirmativas (PAA)

dos exames vestibulares para a carreira de medicina da UFSC/Florianópolis, entre os anos de 2018 e 2022<sup>3</sup>.

Conforme é possível observar abaixo, no QUADRO 2, encontramos indicadores de uma razoável diversidade socioeconômica entre os beneficiários das políticas de cotas no curso, a partir dos dados disponibilizados pela Universidade. Assim, do ponto de vista da renda familiar, um terço (33%) dos cotistas declarou baixa renda – entendida aqui como a soma de todas as fontes de renda familiar, autodeclarada pelo candidato no questionário como igual ou inferior a três salários-mínimos (SMs). Por outro lado, uma minoria (cerca de 12%) declarou alta renda, estimando a soma de todas as fontes de renda de seu grupo familiar como superior a 10 SMs.

Do ponto de vista da escolaridade materna, 28% das mães dos cotistas apresentam escolaridade baixa, tendo estudado, portanto, até o ensino fundamental, conforme declarado por seus filhos. Por outro lado, mais de um terço das mães dos cotistas (38%) apresentou surpreendentemente escolaridade alta, possuindo ensino superior completo ou incompleto, segundo os respondentes do questionário. Nesse sentido, mais de um terço dos cotistas na carreira **não** seriam a primeira geração de suas famílias a alcançar o ensino superior.

#### QUADRO 2 – Renda familiar e escolaridade materna dos aprovados no PAA para a carreira de medicina UFSC/Florianópolis nos exames vestibulares entre 2018 e 2022

<b>Renda Familiar</b>	<b>Até 3 SMs</b>	<b>De 3 a 10 SMs</b>	<b>Acima de 10 SMs</b>	<b>Total</b>
Número absoluto de candidatos aprovados	49	81	17	147
Porcentagem	33,33%	55,1%	11,57%	100%
<b>Escolaridade Materna</b>	<b>Estudou até ensino fundamental (EF)</b>	<b>Até ensino médio (EM)</b>	<b>Até ensino superior (ES)</b>	<b>Total</b>
Número absoluto	42	49	56	147
Porcentagem	28,6%	33,3%	38,1%	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela Comissão Permanente de Vestibular (COPERVE) da UFSC.

Relacionando tais dados à figura dos *sobreviventes da superseleção*, apontada por Bourdieu, podemos considerar que os indicadores de baixa renda (renda familiar de até 3 SMs) e de baixa escolaridade materna (escolaridade até o ensino fundamental completo ou incompleto) sugerem que cerca de um terço (33% no caso da renda familiar e 28% no caso da escolaridade materna) dos estudantes cotistas de medicina associam-se a essa baixa extração social. Por outro lado, podemos considerar que os demais indicadores de renda familiar e de escolaridade materna intermediários e altos apontam para o fato de que a maioria dos cotistas do curso se aproximaria da figura dos *pequeno-burgueses de execução*, caracterizados por sua extração social média-baixa.

Nossas entrevistas, semiestruturadas e em profundidade, organizaram diferentes blocos de perguntas sobre a socialização primária (familiar) e as sucessivas dimensões da socialização secundária

<sup>3</sup> Esses dados têm origem no preenchimento do questionário socioeconômico por esses candidatos, como parte do processo de inscrição para os vestibulares semestrais da instituição entre 2018 e 2022. Vale esclarecer que a UFSC distribui 70% de suas vagas – em todos os seus *campi*, cursos e turnos – por meio do seu próprio vestibular, reservando 30% das vagas para o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que utiliza os resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

dos entrevistados, ou seja, suas experiências de inserção progressiva no sistema escolar, no mercado de trabalho e, por fim, no sistema universitário. Reconstruindo os perfis e as trajetórias dos entrevistados, a partir das principais propriedades socioculturais manifestadas ao longo das entrevistas (ver QUADRO 3 abaixo), pudemos notar que Juliano e Marcia associam-se explicitamente à extração social baixa, isto é, à figura dos *sobreviventes da superseleção*. Jairo, Marina, Tales, Pedro e Lauro associam-se à extração média-baixa, isto é, à figura dos *pequeno-burgueses*, enquanto o entrevistado Fernando foi associado a um perfil de transição entre as extrações sociais baixa e média-baixa.

**QUADRO 3 – Resumo das principais propriedades socioculturais apresentadas pelos entrevistados**

Nome fictício e posição de classe	Gênero e identificação racial autodeclarada, idade e fase do curso	Ocupação e escolaridade dos pais	Trajетórias educacionais	Experiências de trabalho	Número de vestibulares prestados
Jairo(extração social média-baixa)	Masculino,negro/pardo,24 anos, 7º fase.	Pai: policial militar, com ES.Mãe: professora e diretora de escola pública, com magistério, mas sem ES.	EF até a 6ª série em escola particular. Últimos anos, 7ª e 8ª séries, em escola estadual.EM em colégio militar.	Não teve que trabalhar. Realizou apenas alguns “bicos” para assegurar gastos extras com lazer.	5
Marina(extração social média-baixa)	Feminino, branca, PcD, idade não mencionada10º fase.	Pai: minerador, com EM.Mãe: professora de história, com ES e especialização.	EF parte em escola pública, parte em particular.EM no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC/Criciúma), com técnico em edificações.Um ano de cursinho privado.	Fez “bicos” como, por exemplo, treinamento de Inteligência Artificial (IA) para site. Conforme ela explica: “nada fixo ou semanal”.	3
Tales(extração social média-baixa)	Masculino, pardo,25 anos, 10º fase.	Pai: fiscal de ordem em empresa privada, com EM completo.Mãe: pedagoga concursada, com ES.	EF e EM em escolas públicas e estaduais.Três anos de cursinho privado.	Participou do Programa Jovem Aprendiz, no EM. Durante o curso, relata fazer “um bico aqui, outro ali”.	3
Marcia(extração social baixa)	Feminino,identificação racial não mencionada,31 anos, 4º fase.	Pai: garimpeiro, com EF incompleto.Mãe: empregada doméstica, com EM completo.	EF e EM em escolas públicas e estaduais.Quatro anos de cursinho privado.	Iniciou a vida laboral logo após o EM (aos 18 anos), relatando ter atuado como secretária e balconista de cafeteria.Durante o curso, obteve bolsa e auxílios permanência, relatando ministrar aulas esporádicas para uma plataforma <i>online</i> de reforço para estudantes de medicina.	14
Pedro(extração social média-baixa)	Masculino, branco,27 anos, 4º fase.	Pai: funcionário público, com ES (contabilidade).Mãe: engenheira com ES, “sempre trabalhou com gestão de pessoas”.	EF em escola privada.EM no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC/ Florianópolis), com técnico em eletrônica.Dois anos de cursinho privado.	Trabalhou como professor de inglês durante o cursinho pré-vestibular e, nas férias, como auxiliar autônomo do tio na instalação de toldos residenciais.Durante o curso, afirmou não conseguir conciliar estudo e trabalho.	2

Nome fictício e posição de classe	Gênero e identificação racial autodeclarada, idade e fase do curso	Ocupação e escolaridade dos pais	Trajetórias educacionais	Experiências de trabalho	Número de vestibulares prestados
Juliano(extração social baixa)	Masculino, negro, 30 anos, 4º fase.	Não conheceu o pai. Mãe: empregada doméstica e, depois, cabeleireira, com EF incompleto.	EF e EM em escolas públicas e estaduais. Não fez cursinho.	Iniciou a vida laboral ainda no EM, (aos 17 anos), trabalhou como “faz tudo” em pizzeria, vendedor em loja de <i>shopping center</i> e auxiliar de escritório. Durante o curso, obteve bolsas e auxílios permanência.	9
Fernando(perfíl de transição entre as extrações baixa e média-baixa)	Masculino, branco. 22 anos, 6º fase.	Pai: operador de máquina, com EM completo. Não menciona a mãe na entrevista.	EF em escola pública. EM na Escola Técnica Estadual (ETEC de Sorocaba/SP). Um ano de cursinho pré-vestibular popular.	Após o EM, considerou a possibilidade de trabalhar, porém, o pai fora incisivo ao afirmar que: “Eles [a família] iam se apertar mas ele não iria trabalhar”.	2
Lauro(extração média-baixa)	Masculino, negro, 27 anos, 5º fase.	Pai: metalúrgico, com EM completo. Mãe: gerente de padaria, com EM completo.	EF em escola municipal. EM em Escola Técnica Estadual de São Paulo (ETEC), com técnico em informática cursado em um Instituto Federal do mesmo estado - IFSP. Três anos de cursinho privado.	Não teve que trabalhar em nenhum momento de sua trajetória.	9

Fonte: Elaboração própria, a partir das transcrições das entrevistas.

Conforme é possível notar no QUADRO 3, Juliano e Márcia foram associados à extração social baixa (isto é, à figura dos *sobreviventes da superseleção*) por apresentarem processos de socialização primária e secundária demarcados pelas seguintes condições socioculturais:

- Grupos familiares monoparentais, chefiados por mães (trabalhadoras manuais, com baixo capital escolar), sobrecarregadas pelas urgências demandadas pelas obrigações de provisão familiar;
- Escolarização precária e desorganizada em estabelecimentos municipais e estaduais;
- Condição de *estudantes-trabalhadores* (Romanelli, 2000) desde o ensino médio, internalizando um *sensu prático* voltado a intercalar recursos e oportunidades para estudar e obter renda ao longo de suas trajetórias educacionais;
- Trajetórias educacionais mais longas e incertas em comparação aos alunos de extração média-baixa, caracterizadas pelo maior número de vestibulares prestados antes do ingresso em medicina (UFSC/Florianópolis).

Por outro lado, Jairo, Marina, Tales, Pedro e Lauro foram associados à extração média-baixa (isto é, à figura dos *pequeno-burgueses de execução*) por apresentarem processos de socialização primária e secundária demarcados pelas seguintes condições socioculturais:

- a) Pais com ensino médio ou superior, com trabalhos em funções *não manuais e de execução*, investidos nas estratégias educacionais dos filhos;
- b) Ensino fundamental cursado na rede privada e ensino médio em escolas técnicas, como os Institutos Federais (Ifs) e as Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo (ETECs), ou colégios militares<sup>4</sup>;
- c) Beneficiários da *moratória do trabalho* durante a adolescência (BONALDI, 2018), desfrutando, portanto, da suspensão da necessidade de trabalhar durante e após o ensino médio, por conta do apoio familiar que possibilita, dessa maneira, a incorporação das estratégias de *boa vontade escolar* entre os entrevistados.

Diversamente, o entrevistado Fernando foi associado a um perfil de transição entre as extrações baixa e média-baixa em virtude das condições socioculturais intermediárias que teriam balizado seus itinerários de socialização familiar e de escolarização. Assim, ele apresentou o pai como um trabalhador manual (operador de máquina, com ensino médio), que atuou, entretanto, como um estratégico orientador e fiador dos investimentos educacionais do filho, estimulando o seu ingresso na ETEC da cidade de Sorocaba/SP<sup>5</sup>.

No tópico seguinte, vamos reconstituir os itinerários de socialização primária e secundária de Juliano e Lauro, evidenciando como diferentes interseccionalidades de raça e classe afetam a percepção subjetiva de *deslocamento social e racial* entre nossos entrevistados. Em seguida, o caso de Jairo será abordado para discutir como um estudante negro, de extração média-baixa, experiencia a ambiguidade da categoria pardo no contexto contemporâneo da política de ação afirmativa no país.

### **Juliano: um universitário negro, de origem popular (extração social baixa)**

Juliano não conheceu o pai. Com ensino fundamental incompleto, sua mãe trabalhou como empregada doméstica até se casar com o pai da meia-irmã de Juliano, durante a infância do entrevistado. O marido da mãe atuava na área comercial e pagou a ela um curso de cabeleireira, convencendo-a, entretanto, a abandonar o mercado de trabalho. Em tais condições, o divórcio (ocorrido durante a adolescência de Juliano) desorganizou a vida econômica da família, ocasionando uma situação temporária de carências e dependência em relação a vizinhos, em um bairro pobre de uma cidade no interior de Goiás. O entrevistado relatou, então, o esforço da mãe para abrir um pequeno salão de cabeleireira nessa cidade. Após Juliano ter concluído o ensino médio, a família mudou-se para a capital catarinense, onde a mãe abriu novamente um pequeno salão.

Nessas condições instáveis de socialização familiar, o entrevistado frequentou estabelecimentos municipais e estaduais de ensino desorganizados e precários. Sobre o ensino fundamental, Juliano recorda-se das merendas limitadas a “leite e bolacha”, enquanto o “rodízio de aulas”, motivado pela falta regular de professores, e a inutilização do laboratório de química da escola (por falta

---

<sup>4</sup> Nascimento *et al.* (2020) evidenciaram que o ensino médio federal (composto, em grande parte, pela rede de Institutos Federais, os IFs) apresentava desempenho comparável às escolas particulares no ENEM, ainda que seu alunado seja caracterizado por menor nível socioeconômico e maior diversidade étnico-racial, quando comparado ao corpo discente das escolas particulares brasileiras. Segundo os autores, tais níveis de desempenho seriam sistematicamente maiores em relação às escolas públicas estaduais devido a dois fatores: 1) os mecanismos de seleção discente, aplicados por alguns desses colégios federais (como os *vestibulinhos* que regulam o acesso a tais estabelecimentos) e 2) as melhores condições de infraestrutura e de regime de trabalho docente observados nesses colégios.

<sup>5</sup> De acordo com G. Perosa, C. Kerches e F. Lebaron, entre as cinquenta escolas públicas de São Paulo com melhor desempenho no ENEM na década passada, 43 eram ETECs (2015, p.112).

de equipamentos) protagonizaram suas memórias sobre o ensino médio. O desalento escolar de seus colegas no ensino médio foi ilustrado pelo relato de uma ocorrência na qual uma estudante manifestou interesse em cursar medicina em resposta a uma professora que havia indagado sobre os planos de carreira dos alunos da turma. Imediatamente, os meninos da sala caçoaram dela, afirmando que ela seria “muito burra” para isso. Ao observar tal reação, Juliano preferiu silenciar, então, suas aspirações à mesma carreira nesse ambiente escolar.

A aspiração à medicina não foi acolhida, aliás, nem mesmo pela mãe. Assim, o entrevistado relatou a “cara de decepção” da mãe ao revelar-lhe a vontade de cursar medicina. Segundo ele, a mãe mal sabia da existência de universidades públicas (e, logo, gratuitas), comentando que a família não teria condições de arcar com os custos do curso. A falta de apoio familiar por conta dos baixos volumes de capital econômico e escolar também foi mencionada pela entrevistada Márcia (31 anos, filha de empregada doméstica, originária de Manaus/AM). Assim, os casos dos entrevistados de origens populares (Juliano e Marcia) contrastam com as redes de apoio (material e moral) providas pelos grupos familiares de extração média baixa, como veremos nos casos de Lauro e Jairo.

Ao longo do ensino médio, Juliano também iniciou sua vida laboral tornando-se, portanto, um *estudante trabalhador* (Romanelli, 2000), antes mesmo de concluir a educação básica. O entrevistado relata ter trabalhado como “faz tudo” em uma pizzaria, como “vendedor” em lojas de *shopping center*, como “auxiliar de escritório” e como “professor de inglês”, durante e após o ensino médio. A última ocupação mencionada nos levou a considerar tanto as disposições autodidatas incorporadas por Juliano quanto o seu *senso prático* voltado a alternar possibilidades de estudo e de geração de renda, conforme acompanharemos abaixo.

Em tal contexto, Juliano adquiriu fluência no idioma autonomamente, estudando materiais disponíveis na biblioteca de sua escola. Por conta própria, o entrevistado também começou a estudar para os vestibulares de medicina (a partir de conteúdo acessível pela internet), alguns anos após concluir o ensino médio, enquanto trabalhava como “auxiliar de escritório”. Frente às tentativas frustradas de ser aprovado, Juliano decidiu escolher um curso menos seletivo mas, ainda assim, bastante tradicional: o de engenharia mecânica da UFSC. Conforme explica, essa carreira apresentava uma nota de aprovação cerca de 40% inferior ao concorridíssimo curso de medicina na Universidade. P. Bourdieu e J.C. Passeron evidenciam amplamente como reconversões na “escolha” da carreira universitária são comuns entre agentes oriundos das camadas populares ou pequeno-burguesas, configurando-se como estratégias de reajuste das expectativas subjetivas dos indivíduos a suas condições objetivas de acesso ao campo do ensino superior (2014, p.15-46).

Tendo ingressado como aluno cotista em engenharia mecânica, Juliano afirma que o curso requalificou seus conhecimentos e competências na área de exatas e o fez familiarizar-se, ademais, com as possibilidades de bolsas acadêmicas (de pesquisa, extensão ou estágio) e de bolsas ou auxílios de assistência estudantil. Ao acessar tais benefícios, o entrevistado revelou ter conseguido, inclusive, fazer modestas economias que, futuramente, seriam reinvestidas em sua última tentativa de ingressar em medicina.

Pois, apesar de gostar do curso de engenharia, Juliano afirmou que uma experiência de adoecimento lhe convenceu a realizar de novo o vestibular para o curso originalmente desejado. Assim, ele trancou a faculdade e investiu suas economias em materiais e recursos de estudo para as provas. Mediante os esforços e a requalificação de seu desempenho nas exatas, ele finalmente conseguiu sua vaga

em medicina, tendo realizado nove processos seletivos em diferentes instituições, durante esse último período de tentativas (dois anos, segundo ele).

Após ter concluído quatro semestres de engenharia, o entrevistado relata não ter experienciado dificuldades acadêmicas no curso de medicina. Segundo ele, a medicina seria academicamente menos exigente em comparação às engenharias, além de contar com professores mais abertos e solícitos para possíveis atendimentos extraclasse. Não obstante, sua condição de estudante negro e de baixa renda expressa-se em diferentes sentimentos e relatos de *deslocamento social e racial* no nesse ambiente universitário. Tais sentimentos e relatos manifestam, como veremos, os desafios imbricados para a *permanência material e simbólica* de Juliano no curso. Assim, ele tematizou longamente, durante a entrevista, os prejuízos técnicos e simbólicos advindos do fato de ser o único de sua turma a não ter conseguido adquirir um estetoscópio da marca *Littman*, cujo preço foi estimado por ele em cerca de R\$900. Segundo o estudante, o uso de um estetoscópio mais barato lhe causaria dificuldades técnicas para aprender a discernir os diferentes sopros ou ruídos de órgãos internos, como o coração e os pulmões. Ademais, o estetoscópio barato também parece se inscrever como uma das discrepâncias simbólicas que afasta Juliano da figura idealizada do aluno de medicina, uma vez que o *Littman* seria o estetoscópio que “todo médico tem”, conforme ele afirmou. Daí, portanto, seus esforços em economizar para adquirir o equipamento o mais cedo possível.

Quanto aos sentimentos de *deslocamento racial*, Juliano teme ser impedido de entrar nas salas de aula do Hospital Universitário (HU) pelos seguranças, uma vez que ele não teria “fisicamente a aparência de um médico” (termos dele). Nesse momento da entrevista, Juliano concluiu, então, que seria necessário “andar bem vestido”<sup>6</sup>. Tais declarações evocam as imbricações, vivenciadas por ele, entre os desafios para sua *permanência material e simbólica* no curso. Nesse contexto, para evitar as associações preconceituosas entre cor e status social inferior, o entrevistado se vê obrigado a investir dinheiro “até nas roupas do dia a dia”. Logo, os desafios para a *permanência simbólica* de um aluno negro cruzam-se aos desafios para sua *permanência material*, obrigando Juliano a investir seus poucos recursos financeiros em formas simbólicas (“andar bem vestido”) de apresentação pública de si nas interações face a face no ambiente do curso (Goffman, 1951).

Tal estratégia revela os diferentes modos de enfrentar a predominância não verbalizada de estereótipos e fenótipos brancos em ambientes universitários (Schucman, 2020). Se a literatura apontou, de um lado, para uma *nova estética negra* – emergente, sobretudo, entre estudantes mulheres e LGBTIs que participam dos coletivos negros (Guimarães et al., 2020, 321-322) – o relato de Juliano nos sugere, por outro lado, a internalização das estratégias de adaptação às normas e padrões que regem os códigos de vestimentas e as maneiras de se apresentar publicamente nesse ambiente universitário, com o objetivo de evitar situações e riscos de discriminação racial.

Para lidar com seus sentimentos de *deslocamento social e racial*, Juliano também menciona a relevância do fenômeno designado pela literatura como *sociabilidade entre iguais*, isto é, a preferência por amizades mais próximas com colegas de origens sociorraciais semelhantes (Santos, 2017, p. 14). Nesse contexto, Juliano comenta a amizade com uma colega cotista do curso. Assim como ele, essa amiga seria

---

<sup>6</sup> Transcrevendo integralmente esse trecho da entrevista, Juliano relatou que: “Então, tu precisa investir dinheiro até nas roupas do dia a dia, não dá para ir com qualquer roupa, as pessoas te olham diferente! Aí junta a questão que você não tem fisicamente a aparência de um médico, aí se você não andar bem-vestido, eles até te impedem de entrar na sala de aula, os seguranças. Tem muito essa questão.”

uma das poucas beneficiárias de ações afirmativas que prefere “assumir” (termos do entrevistado) sua identidade de cotista em todos os espaços acadêmicos que frequenta em oposição a colegas que, segundo ele critica, não se “assumem” publicamente.

Em suma, as interseccionalidades de raça e classe vivenciadas por Juliano (um estudante negro e de baixa renda) entrelaçam os desafios para sua *permanência material e simbólica*, intensificando tanto seus relatos de *deslocamento social e racial* quanto suas estratégias de adaptação aos códigos de vestimentas (ou de apresentação pública de si) e de *sociabilidade entre os iguais*. Ao apresentarmos o caso de Lauro no tópico seguinte, veremos, então, como sua posição interseccional (um estudante negro, mas de origem social média-baixa) matiza suas percepções de *deslocamento social e racial* e suas estratégias de *permanência material e simbólica*.

### **Lauro: um universitário negro, de origem social média-baixa**

Ambos os pais de Lauro possuem o ensino médio completo. Durante sua infância, o pai trabalhou como “metalúrgico”, enquanto a mãe parece ter experienciado uma relativa mobilidade no interior da *pequena-burguesia de execução*, passando de “fiscal de caixa em um supermercado” para “gerente de padaria” (no momento da entrevista). Esses volumes medianos de capitais (cultural e econômico) propiciaram ao entrevistado percursos de socialização e de escolarização modestos, embora estáveis, caracterizados por vantagens significativas em comparação às trajetórias socioeducacionais originadas nas camadas populares.

Na maior parte do ensino fundamental, Lauro estudou em estabelecimentos municipais da cidade de Hortolândia (SP). Ao contrário do autodidatismo de Juliano no aprendizado da língua inglesa, Lauro teve acesso a um curso particular de inglês, frequentado ininterruptamente entre a 4ª série do ensino fundamental e o primeiro ano do ensino médio, em uma Escola Técnica Estadual de São Paulo (ETEC), na capital. Concomitantemente, ele realizou o ensino técnico em informática em um Instituto Federal (IF), tendo frequentado, igualmente, três anos de cursinho pré-vestibular após a conclusão do ensino médio. Assim, durante os quatro anos posteriores à conclusão do nível secundário, o entrevistado buscou ingressar no curso de medicina em instituições superiores públicas. Segundo ele, seu desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) aumentou progressivamente durante esse período sem, entretanto, garantir-lhe a vaga desejada. Ao final desses quatro anos, Lauro optou, então, pelo ingresso em um curso menos seletivo – o curso de biotecnologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) –, atualizando as estratégias de reconversão na escolha da carreira, apontadas por Bourdieu e Passeron (2014, p. 15-46).

Porém, Lauro não desistiu da medicina. Ele continuou a prestar anualmente o ENEM, tendo sido, finalmente, aprovado na UFSC/Florianópolis durante o sétimo semestre de biotecnologia. Segundo seu relato, a decisão de trocar de curso foi bastante difícil uma vez que “(...) eu tava quase me formando, tava com estágio certo, emprego quase certo”. Entretanto, ao receber o convite da tia para morar em sua residência na região metropolitana de Florianópolis, Lauro decidiu realizar efetivamente a troca.

Conforme argumentamos, o apoio da família estendida (morar na “casa grande” da tia, com empregada doméstica) encetou condições favoráveis para a *permanência material e simbólica* do entrevistado. Além de não ter relatado o acesso a bolsas de assistência estudantil (como Juliano o fizera), essas condições de *permanência material* asseguraram a ele a disponibilidade de tempo necessária para participar

do Centro Acadêmico, da Atlético e da bateria da Atlético, ou seja, para participar de atividades extracurriculares através das quais o entrevistado pode constituir sua *permanência simbólica* no curso, isto é, seu senso de pertencimento a esse universo acadêmico bastante elitizado.

Como vimos no caso de Juliano, as redes de apoio familiar estão longe de serem desfrutadas por todos os estudantes cotistas. Ainda assim, Lauro parece naturalizar suas condições favoráveis de *permanência material* ao afirmar que “(...) sempre tem um familiar, um parente, um namorado, um primo, um tio, marido, uma esposa” que prestaria assistência financeira aos estudantes cotistas, inclusive, para ajudá-los a adquirir (segundo o relato dele) o estetoscópio da marca *Littman*: um aparelho técnico e simbólico que sinaliza externamente a identidade médica, como vimos no caso de Juliano.

A partir de condições favoráveis de *permanência material* e *simbólica*, Lauro relatou sentimentos e percepções menos intensas de *deslocamento social e racial* no ambiente do curso. Nesse sentido, apesar de reconhecer a elitização do alunado, ele argumenta que “(...) 90, 95% do povo [isto é, os demais alunos da medicina] são conversáveis”, afirmando, inclusive, que os “(...) mais ricos da [minha] turma são os mais humildes na minha opinião, são um pessoal gente boa”. Tal apreciação sobre os colegas de alta renda diverge frontalmente da percepção de Juliano, que observou reiteradamente o desconhecimento e a insensibilidade de seus colegas de curso quanto às limitações de renda vividas por ele.

Quanto às percepções de *deslocamento racial*, Lauro expressou a ansiedade inicial que sentiu ao se mudar para Santa Catarina, um “estado extremamente branco” (termos do entrevistado), no qual ele relatou, ironicamente, a sensação de estar “(...) saindo do Brasil e entrando na Europa”, ao chegar de ônibus na capital catarinense, vindo de São Paulo. Nesse momento da entrevista, Lauro afirmou que o receio de sofrer preconceito não se concretizou e que “tudo foi perfeito” (termos do entrevistado) durante sua adaptação à cidade e ao curso. Não obstante, ao ser perguntado se havia professores que tratavam diferentemente os estudantes de ação afirmativa, ele nos apresentou um caso em que sofrera discriminação racial explícita na Universidade. Segundo seu relato, um docente do curso costumava apresentar cenários hipotéticos à turma, apontando e indagando especificamente para algum estudante em sala: “e aí, doutor, e aí, doutora, o que você faria nesse caso?”. Contudo, ao se dirigir a Lauro (que usava os cabelos trançados à época), o docente lhe perguntou jocosamente “e você, rasta, o que você faria?”. Lauro relatou ter confrontado diretamente o professor que não voltou a se referir a ele daquela maneira. Segundo o entrevistado, contudo, tal comportamento seria próprio à minoria dos professores e estudantes não cotistas que ele qualificou como “racistas de merda”, contrários a políticas de ação afirmativa. Durante a entrevista, notamos, entretanto, que Lauro não usava mais os cabelos trançados. Ao invés da afirmação de uma *nova estética negra* entre participantes dos coletivos negros em ambientes universitários (Guimarães et al., 2020, 321-322), será que a mudança na aparência de Lauro seria um possível indicador das estratégias de adaptação aos códigos de apresentação pública de si (Goffman, 1951) vigentes no meio médico?

Manifestando percepções matizadas quanto aos possíveis sentimentos de *deslocamento social e racial*, Lauro também pareceu recorrer, em menor intensidade, às estratégias de *sociabilidade entre iguais* em comparação aos demais entrevistados. Pois, além de afirmar suas relações de um amistoso coleguismo com estudantes cotistas e não cotistas do curso, ele também relatou que, entre seus dois amigos mais próximos, uma amiga teria ingressado por ação afirmativa, enquanto o outro amigo ingressara por ampla concorrência.

Em seguida, apresentamos o último caso que discutiremos no texto. Reconstituindo as trajetórias de socialização e de escolarização de Jairo, poderemos acompanhar, então, como esse estudante negro pardo, de origem social média baixa, vivencia a ambiguidade da categoria pardo no contexto das políticas de ação afirmativa no país (Costa e Schucman, 2022).

### **Jairo: um universitário pardo, de origem social média-baixa**

Jairo é filho de um policial militar, que possui ensino superior, e de uma mãe, com ensino médio e magistério, que trabalhou como vice-diretora e diretora em escolas de educação infantil. Segundo Jairo, a mãe teria experimentado, contudo, um processo de *desvalorização simbólica* de seu título escolar (o magistério)<sup>7</sup>, o que a levou a atuar como autônoma, trabalhando com “*delivery* de pizza”, segundo os termos usados pelo entrevistado. Desde os primeiros minutos da entrevista, Jairo expôs sua relação atribulada com o pai, por conta, entre outros fatores, de sua sexualidade. Por um lado, o fato de “ser gay” revelou-se como uma fonte de tensões latentes entre os dois, na pequena e conservadora cidade de origem da família, localizada no interior de Goiás. Por outro, o pai orientou e apoiou metodicamente a trajetória escolar de Jairo e de seu irmão mais velho, possibilitando o acesso do entrevistado ao curso de medicina.

Após ter realizado parte do ensino fundamental em escolas privadas na cidade de origem, o pai mobilizou suas redes de relações (como policial militar) para assegurar a Jairo e ao irmão a oportunidade de realizarem o ensino médio no prestigiado Colégio Militar de Goiânia. Ambos foram, então, enviados à capital goianiense onde moraram numa “república dos parentes” (termos do entrevistado), ou seja, numa casa alugada e compartilhada entre eles e seus primos que haviam chegado à Goiânia para realizar o ensino médio ou superior. De acordo com Jairo, os custos da casa eram compartilhados entre o pai e os tios.

O apoio paterno compreendeu, igualmente, os três anos de cursinho pré-vestibular, frequentados por Jairo antes de sua aprovação no curso de medicina da UFSC/Florianópolis. Depois de ter visitado a cidade e uma amiga que estudava na UFSC, Jairo afirmou ter concentrado seus esforços em ser aprovado na instituição, uma vez que Florianópolis parecia oferecer um ambiente mais aberto e seguro para um homem gay em comparação à sua cidade natal. No entanto, a aprovação nas cotas para pessoas negras e a mudança para um estado de maioria branca constituíram-se um processo complexo, não somente de adaptação à cidade e ao curso como também de progressiva identificação racial como pardo, conforme seu relato.

Definindo a natureza eminentemente fenotípica das classificações raciais brasileiras, Oracy Nogueira afirmou que “a concepção de branco e não branco varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região” (2006, p. 294). Nesse contexto, Eliana Costa e Lia Schucman apontaram para o caráter processual das identificações raciais, uma vez que tais *pareamentos afetivos* com uma determinada identidade racial ocorreriam a partir das relações progressivamente estabelecidas entre um indivíduo e os outros sujeitos e contextos raciais em que esse indivíduo se insere ao longo de sua trajetória pelo espaço social e geográfico (2022, p. 476-7). Assim, Jairo revelou que seu processo de identificação racial foi decisivamente influenciado tanto pela

---

<sup>7</sup> Bourdieu refere-se à *desvalorização simbólica* como o processo a partir do qual um título escolar, massificado ou rebaixado no campo educacional, perde seu valor social, isto é, sua capacidade de ser reconvertido em capitais simbólico e econômico por seus portadores (2007c).

mudança para um estado de maioria branca quanto pela atribulada relação com uma colega de curso “preta, militante e bem instruída”, nos termos do entrevistado.

Primeiramente, Jairo afirmou o contraste experimentado ao sair do estado de Goiás (36,24% de população branca, segundo o Censo de 2022) e chegar em Santa Catarina (76,28% de brancos, segundo o último Censo): “(...) como eu sou de Goiás, a cor lá é algo que não é tão escancarado, porque todo mundo é meio pardo, meio amarelo lá... Assim, não tem essa diferença! Aqui no sul não, a diferença é gritante, a maioria do povo é branco, loiro, ruivo”. Em meio a esse contraste, Jairo conheceu, então, a amiga “preta e militante” no curso de medicina que, segundo ele, teve bastante importância em seu processo de identificação racial. Conforme ele relata, após um desentendimento com sua turma, por conta de um “professor idiota” (termos do entrevistado), a amiga o teria persuadido de que ele poderia estar sendo vítima de desigualdades de tratamento por conta de sua cor e sexualidade. Recordando desse episódio, o entrevistado relatou a fala de sua amiga:

[imitando a ex-amiga, o entrevistado modula a voz para reproduzir o seguinte diálogo] “Jairo... tu sabe que eles estão te tratando desse jeito porque tu é preto e gay, porque se tu fosse branco e hétero, eles estariam te aplaudindo e falando que você é o máximo”. [retomando sua perspectiva sobre o episódio, o entrevistado argumenta]: Mas eu nunca tinha sofrido racismo na minha vida. E ela disse: “Jairo, não fala isso, não fala que você nunca sofreu racismo, você que é muito inocente e não enxerga as coisas, você não pode falar que não sofreu racismo”. Depois desse dia, eu comecei a prestar atenção em alguns detalhes, em algumas sutilezas que, realmente, tu vê que as pessoas te tratam um pouco diferente!

Não obstante, após um desentendimento com essa amiga, Jairo afirmou ter sido vítima de uma “teoria do colorismo” (termos dele) por parte dela. Ele disse que a ex-amiga teria passado, então, a questionar publicamente se ele seria “(...) preto o suficiente para ter entrado pelas cotas”, ameaçando denunciá-lo por suposta fraude no processo seletivo. Tal episódio causou intenso sofrimento psíquico a Jairo, conforme podemos observar no trecho abaixo:

(...) Quando eu ia para o RU [Restaurante Universitário], almoçar ou jantar; que eu saía da bolha da medicina; que sentava do meu lado um universitário com uma pele mais retinta que a minha; eu me sentia mal, eu ia para casa, eu chorava, eu comecei a me questionar, eu comecei a... “Será que eu realmente deveria tá aqui? Será que não tô ocupando vaga de alguém?”

Conforme discutido por Flavia Rios (2019), o colorismo abrange um conjunto de discursos e práticas que incitam a divisão no interior da população negra, relativizando o preconceito sofrido por negros de pele mais clara. Nesse sentido, intelectuais negras, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, realçaram a ampla variedade cromática dos tons de pele observáveis em meio à população não branca de nosso país. Entre outros intelectuais negros, Carneiro e Gonzalez também enfatizaram as concepções intelectuais e políticas do movimento negro brasileiro que buscaram formular, ao longo do século XX, uma consciência racial inclusiva com o intuito de abranger pessoas fenotipicamente não brancas de diferentes tonalidades de pele, isto é, tanto negros pardos quanto pretos (Carneiro, 2004; Gonzalez, 2018).

Após a emergência do Movimento Negro Unificado (MNU), ao final da década de 1970, essa consciência racial inclusiva se afirmou como uma estratégia política (sincronizada ao processo de redemocratização) que visou constituir um movimento negro de maioria demográfica no país, em oposição à consciência racial norte-americana que ensejou, inversamente, um movimento de minorias demográficas nos Estados Unidos<sup>8</sup> (Silva et al., 2020, p. 344).

Observando o caso de Jairo, podemos notar que a percepção de *deslocamento social e racial* entre universitários pardos pode se manifestar a partir dos níveis de ambiguidade e de indeterminação dessa categoria, resultante do processo histórico de miscigenação da sociedade brasileira que fora impulsionado pela *ideologia do branqueamento* ao longo do século XIX e parte do século XX (Skidmore, 1976, p. 81 apud Costa e Schucman, 2022, p. 471). Nesse contexto, a *sociabilidade entre iguais* (Santos, 2017, p. 14) pode representar, **ainda que excepcionalmente**, riscos de contestação à legitimidade da identificação racial de universitários pardos por parte de colegas pretos que incorporam a “teoria do colorismo”, como Jairo expressou. Apesar desse doloroso incidente, o próprio Jairo foi um dos entrevistados que enfatizou como suas relações de amizade com outros estudantes cotistas estruturaram redes de apoio acadêmico e emocional importantes para sua permanência no curso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, buscamos evidenciar a diversidade das origens de classe observadas entre estudantes negros no principal curso de medicina de Santa Catarina, uma das unidades federativas mais brancas do país. Para reconstruir tais perfis, associados às extrações sociais baixa e média baixa, mobilizamos as categorias bourdieusianas de *sobreviventes da superseleção escolar* (2007b, p. 52; 2014, 43-4) e dos *pequeno-burgueses de execução* (2007a, p. 329-333), respectivamente.

Assim, conforme apontamos durante o texto, a reconstituição dos perfis e das trajetórias de três estudantes negros (Juliano, Lauro e Jairo) evidenciaram como as interseccionalidades de raça e classe modulam: a) suas estratégias de *permanência material* (Santos, 2017; Ganam e Pinezi, 2021); b) suas percepções de *deslocamento social e racial* no ambiente do curso (Guimarães et al, 2020, p. 313); e c) suas múltiplas estratégias para lidar com esses sentimentos e percepções de deslocamento, assegurando as dinâmicas de *permanência simbólica* de tais entrevistados a esse universo acadêmico elitizado.

Nesse contexto, através da reconstituição dos perfis e das trajetórias dos entrevistados associados à extração média-baixa (Lauro e Jairo), observamos como suas estratégias de *permanência material* são estruturadas pelas redes de apoio (material e moral) providas por seus grupos familiares. De um lado, acompanhamos como a residência na casa da tia liberou o entrevistado Lauro tanto das necessidades de

---

<sup>8</sup> Enquanto a população negra corresponde a cerca de 13% da população norte-americana (segundo os dados do Censo norte-americano de 2020), a população negra brasileira corresponde a cerca de 56% dos brasileiros, segundo nosso último Censo.

gerar renda quanto dos afazeres domésticos, disponibilizando a ele o tempo necessário para participar de diferentes atividades curriculares e extracurriculares. A partir da participação nessas atividades, o entrevistado constituiu, portanto, suas experiências de *permanência simbólica*, manifestando alto grau de integração ao curso, ainda que ele tenha sido vítima de um ato explícito de discriminação racial, conforme observamos no episódio em que o professor se referiu preconceituosamente a ele como “rasta” em plena sala de aula.

No caso de Jairo, as estratégias de *permanência material* são asseguradas pela ajuda financeira regular do pai ao longo de toda a trajetória educacional do filho até o ingresso no curso de medicina. Não obstante, o caso de Jairo também nos evidenciou como os sentimentos de *deslocamento social e racial* de um universitário autodeclarado pardo podem envolver tanto as desigualdades de percepção e de tratamento por parte de pessoas brancas (as “sutilezas” que o entrevistado afirmou perceber progressivamente durante sua experiência social e acadêmica em Santa Catarina e na UFSC) quanto os eventuais atos de “colorismo” (termo empregado pelo próprio entrevistado) que buscam deslegitimar a identificação racial progressiva, ou seja, o *pareamento afetivo* de indivíduos pardos com a identidade racial negra (Costa e Schucman, 2022, p. 477).

No caso de Juliano, por fim, vimos como um universitário negro e de baixa renda experimenta sentimentos de *deslocamento social e racial* ora ligados à sua condição de baixa renda (ser o único da turma a não ter conseguido adquirir um estetoscópio *Littmann*), ora à sua condição interseccional de estudante negro e pobre, conforme o entrevistado apontou ao lamentar a necessidade de investir nas “roupas do dia a dia” para evitar os riscos de ser barrado por seguranças nas salas de aula do HU, uma vez que ele não possuiria “físicamente a aparência de um médico”, segundo seus termos. Por fim, vale afirmar que, se as práticas de *sociabilidade entre iguais* pareceram menos importantes para Lauro; nos casos de Juliano e de Jairo, elas foram relatadas como fundamentais para assegurar suas experiências de *permanência simbólica* no curso de medicina da UFSC/Florianópolis.

Portanto, ao reconstruir as interseccionalidades de raça e classe, esperamos ter contribuído para a recente literatura sobre relações raciais, branquitude e ações afirmativas, reafirmando, à exemplo de outros pesquisadores e pesquisadoras da área, a necessidade de produzir e circular “(...) estudos etnográficos completamente abertos, porém rigorosamente críticos e autocríticos, que focalizem não apenas coletivos, mas também estudantes, funcionários e professores negros e brancos em seus percursos universitários e acadêmicos” (Guimarães et al., 2020, p. 324).

## REFERÊNCIAS

BONALDI, Eduardo V. Tentando “chegar lá”: as experiências de jovens em um cursinho popular. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, p. 259-282, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.119387>. Acesso em: 30 nov. 2025.

- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007b, p. 39-65.
- BOURDIEU, Pierre. Classificação, desclassificação e reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007c, p. 145-184.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. 2º ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os berdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- CAMPOS, Luiz A.; LIMA, Marcia (org.). *O impacto das cotas: duas décadas de ação afirmativa*. São Paulo: Autêntica, 2025.
- CARNEIRO, Sueli. Negros de pele clara. *Portal Geledés*, 25 mai. 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara/>. Acesso em: 30 set. 2025.
- COSTA, Eliane S.; SCHUCMAN, Lia V. Identidades, identificações e classificações raciais no Brasil: o pardo e as ações afirmativas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 466-484, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68631>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- GANAM, Eliana A. S.; PINEZI, Ana K. M. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. *Educação em Revista*, v. 37, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- DANTAS, Marcia M. R. *Políticas de ação afirmativa: um estudo sobre a inserção no mercado de trabalho dos cotistas egressos de medicina da UFRJ em 2022*. 2025. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.
- GOFFMAN, Erving. Symbols of social class. *The British Journal of Sociology*, v. 4, n. 2, 1951. Disponível em: Symbols of Class Status on JSTOR. Acesso em: 28 nov. 2025.
- GONZALEZ, Lélia. *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.
- GUIMARÃES, Antônio S. A.; SOTERO, Edilza C.; RIOS, Flavia M. Coletivos negros e novas identidades raciais. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 39, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020004>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- NASCIMENTO, Matheus M.; CAVALCANTI, Claudio J.; OSTERMANN, Fernanda. Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 101, n. 257, p.120-145, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i257.4420>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- PEROSA, Graziela S.; LEBARON, Frederic; KERCHES, Cristiane. O espaço das desigualdades educativas no município de São Paulo. *Pro-Posições*, v. 26, n. 2 (77), 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507705>. Acesso em: 30 nov. 2025.

RIOS, Flávia. O que o colorismo diz sobre as relações raciais brasileiras? *Portal Geledés*, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-o-colorismo-diz-sobre-as-relacoes-raciais-brasileiras/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

ROMANELLI, Geraldo. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos – o estudante-trabalhador. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e baixas*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTANA, Livia M.; VAZ, Sant'Anna. Comissões de verificação e o direito à (dever de) proteção contra a falsidade de autodeclarações raciais. In: DIAS, Gleidson; TAVARES JR., Paulo Roberto (org.). *Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos*. Canoas: IFRS – Campus Canoas, 2018, p. 32-68.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Curso de branco: uma abordagem sobre o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). *Revista Contemporânea de Educação*, v. 12, n. 23, p. 31-50, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3229>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SCHUCMAN, Lia V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta, 2020.

SCHEFFER, Mario et al. *Demografia médica no Brasil 2023*. São Paulo: FMUSP; AMB, 2023.

SENKEVICS, Adriano; MELLO, Ursula. Balanço dos dez anos da política federal de cotas na educação superior (Lei n. 12.711/2012). *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: Estratégias do Plano Nacional de Educação II*, v. 6, p. 209-232, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24109/9786558010531.ceppe.v6.5384>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SILVA, Ana Claudia C.; CIRQUEIRA, Diogo; RIOS, Flavia; ALVES, Ana Luiza M. Ações afirmativas e formas de acesso no ensino superior público. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 39, n.2, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000020005>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SMALL, Mario. How to conduct a mixed methods study: recent trends in a rapidly growing literature. *Annual Review of Sociology*, v. 37, p. 75-86, 2011. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-soc-081309-150106>. Acesso em: 28 nov. 2025, 2010.

SOTERO, Edilza. O desafio da permanência estudantil no contexto das ações afirmativas: o caso da Universidade Federal da Bahia. *Vértices*, v. 24, n. 3, p. 725-743, 2022. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n32022p725-743>. Acesso em: 30 nov. 2025.

TRAGTENBERG, Marcelo H. R.; FIGUEIRÓ, T. H.; BOING, A. F. O perfil dos estudantes da UFSC. In: CAMPOS, Luiz A.; LIMA, Marcia (org.). *O impacto das cotas: duas décadas de ação afirmativa*. São Paulo: Autêntica, 2025.

WAINER, Jacques; MELGUIZO, Tatiana. Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseada no Enade (2012–2014). *Educação e Pesquisa*, v. 44, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201612162807>. Acesso em: 30 nov. 2025.

VIRICIMO, Luan. “Há diferenças entre os iguais?” *As trajetórias dos estudantes ingressantes pelo Programa de Ações Afirmativas na UFSC nas carreiras de Medicina e Pedagogia*. 2025. 196 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

**Submetido:** 04/10/2024

**Preprint:** 13/09/2024

**Aprovado:** 23/12/2025

**Editor de seção:** Juliana Batista dos Reis

### **DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS**

O conjunto de dados da pesquisa está publicado no artigo.

### **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

Autor 1 - Participação em todas as etapas da pesquisa, escrita do artigo.

Autor 2 - Participação em todas as etapas da pesquisa, revisão do artigo.

### **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.